



ENCICLOPÉDIA PIRLS 2021: CAPÍTULO BRASIL

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB

INEP MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | **DAEB**



**ENCICLOPÉDIA
PIRLS 2021:
CAPÍTULO BRASIL**

Brasília-DF
Inep/MEC
2023



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DAEB)

COORDENAÇÃO-GERAL DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CGSNAEB)

EQUIPE TÉCNICA

Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Lilian Maria Ghiuro Passareli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Elzahrã Mohamed Radwan Omar Osman

Lorena Pimenta de Andrada

Viviane Fernandes Faria Pinto

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira (Inep)

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (CGEP)

Priscila Pereira Santos

DIVISÃO DE PERIÓDICOS (DPE)

Roshni Mariana de Mateus

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (DPR)

Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL

Janaína da Costa Santos

REVISÃO GRÁFICA

Érika Janaína de Oliveira Saraiva

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO

Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO

José Miguel dos Santos

**Esta publicação deverá ser citada da seguinte
forma:**

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Enciclopédia
PIRLS 2021: Capítulo Brasil*. Brasília, DF: Inep,
2023.

SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO

PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

INTRODUÇÃO.....	4
VISÃO GERAL DO SISTEMA EDUCACIONAL	4
USO E IMPACTO DO PIRLS	5
O currículo de língua/leitura nos anos fundamentais	5
Requisitos e Programas de Desenvolvimento Profissional	7
Acompanhamento do progresso dos alunos na leitura.....	8
Iniciativas especiais de leitura	9
Resposta à Pandemia da COVID-19.....	9
ENSINO E APRENDIZAGEM DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	9
IMPACTO DA PANDEMIA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS.....	10
MUDANÇAS DE PRÁTICAS E POLÍTICAS	10
IMPACTO DA PANDEMIA NO PIRLS 2021.....	10
.....	
REFERÊNCIAS	12



INTRODUÇÃO

Visão geral do sistema educacional

O Artigo 205 da Constituição Brasileira afirma que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”¹. A responsabilidade pelo cumprimento deste dever é compartilhada entre a União (âmbito federal), os Estados e os municípios brasileiros. A educação pública, gratuita e obrigatória abrange a faixa etária de 4 a 17 anos, incluindo pré-escola^a, ensino fundamental^b, e ensino médio^c.

A educação escolar brasileira está organizada em dois níveis: Educação Básica (educação infantil^d, ensino fundamental e médio) e Ensino Superior. A Educação Básica é atribuição obrigatória dos Estados, do Distrito Federal^e e dos municípios feita da seguinte forma: a educação infantil é atribuição dos municípios, o ensino fundamental é responsabilidade compartilhada entre Estados e municípios, e o ensino médio é atribuição específica dos Estados. A União tem o papel de coordenação, articulação e redistribuição com outras entidades federadas.

A Educação Básica é oferecida por instituições públicas e privadas. O financiamento da Educação Básica pública é feito por meio do Fundeb^f, cujos recursos provêm de diversas secretarias de administração direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.

A organização da Educação Básica implica um alto nível de autonomia dos Estados e municípios. Existem, no entanto, leis nacionais que devem ser observadas no exercício dessa autonomia: a Lei de Diretrizes

^a A pré-escola é oferecida para crianças de 4 e 5 anos.

^b O Ensino Fundamental tem duração de 9 anos. O ingresso no primeiro ano do ensino fundamental deve ocorrer apenas para crianças de 6 anos até 31 de março do ano letivo.

^c O ensino médio tem duração média de três anos.

^d O ensino médio tem duração média de três anos.

^e O Distrito Federal é a única unidade federal que não possui municípios, assumindo, portanto, a oferta desde a educação infantil até o ensino médio.

^f Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei nº 14.276 de 27 de dezembro de 2021).

e Bases da Educação (LDB)²; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;³ e outras diretrizes emitidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)^g e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴, que abrange toda a Educação Básica.

Uso e impacto do PIRLS

O Brasil participou do PIRLS pela primeira vez em 2021. Apesar de ser um período atípico - dado o fechamento das escolas como consequência da pandemia da COVID-19 – espera-se que os resultados do PIRLS possam contribuir para medir as habilidades de leitura dos alunos do quarto ano do ensino fundamental. Isso, somado a outras avaliações, pode fundamentar o processo de implementação da BNCC (em curso em todo o território nacional) além de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

O currículo de língua/leitura nos anos fundamentais

Em 2017, o Conselho Nacional de Educação aprovou, por meio da Resolução CNE/CP N° 2º de 22 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular para educação infantil e ensino fundamental. Em 2018, foi aprovada a base para o ensino médio. A existência de uma base comum para a Educação Básica brasileira foi prevista na Constituição Federal de 1988, reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁵ e estabelecida como uma das metas do Plano Nacional de Educação⁶ para o período de 2014 a 2024. O processo de elaboração foi conduzido com a participação de um grupo de consultores, especialistas em diferentes áreas do conhecimento, técnicos das secretarias de educação dos Estados da federação, professores da Educação Básica representando seus Estados e municípios, e com ampla consulta pública através de portal digital e seminários presenciais nas cinco regiões do país (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte).

Especificamente em relação ao ensino fundamental, a BNCC possui a seguinte estrutura: apresentação de 10 competências gerais ao longo de toda a Educação Básica que expressam as diretrizes que devem ser implementadas desde a educação infantil até o ensino médio; apresentação das áreas do conhecimento, incluindo a área de Linguagens, compreendendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte. A área de conhecimento de Linguagens inclui 6 competências gerais que devem ser abrangidas por todas as componentes curriculares da área, 10 competências específicas da componente curricular de Língua Portuguesa para todo o ensino fundamental, e competências específicas e objetos de conhecimento da componente curricular de Língua Portuguesa, organizados ano a ano desde o primeiro ao nono ano do ensino fundamental. As habilidades relacionadas ao componente curricular de Língua Portuguesa estão dispostas na BNCC nos seguintes eixos que organizam as práticas linguísticas: oralidade, análise linguística/semiótica (que envolve conhecimento linguístico sobre o sistema de escrita, o sistema de linguagem e a norma padrão; gêneros textuais, como gêneros discursivos e suas diferentes modalidades, além de outros elementos semióticos), leitura/habilidade auditiva e produção textual (escrita e multissemiótica).

Segundo a BNCC, os fundamentos do trabalho com essas práticas de linguagem devem ser os textos e seus contextos de produção.

A BNCC prevê que os alunos devem ser alfabetizados nos dois primeiros anos do ensino fundamental, período em que as habilidades alfabéticas relacionadas ao sistema de escrita em português são uma área de

⁵ O Conselho Nacional de Educação é composto pelas Câmaras de Educação Básica e Ensino Superior e cumpre deveres normativos, deliberativos e consultivos ao Ministro de Estado da Educação para assegurar a participação da sociedade na melhoria da educação nacional

ênfase. Nos anos seguintes (anos iniciais do ensino fundamental), esse processo se consolida nos seguintes termos:

- No eixo **Oralidade**, aprofundam-se o conhecimento e o uso da linguagem oral, assim como as características das interações discursivas e as estratégias de fala e escuta nas trocas orais.
- No eixo **Análise Linguística/Semiótica**, a alfabetização é sistematizada especialmente nos dois primeiros anos, e a observação e análise do funcionamento da língua e de outras línguas são desenvolvidas nos três anos seguintes.
- No eixo **Leitura/Escuta**, a alfabetização é ampliada por meio da incorporação progressiva de estratégias de leitura em textos de complexidade crescente.
- No eixo **Produção de Texto**, a alfabetização é ampliada pela incorporação progressiva de estratégias para produzir textos de diferentes gêneros.

De acordo com a BNCC, espera-se que a progressão do conhecimento decorra da consolidação da aprendizagem a partir dos anos anteriores ao quarto ano e da expansão das práticas linguísticas e da experiência estética e intercultural dos alunos.

Para a definição de habilidades e objetos de conhecimento (conteúdos específicos) do português para todos os anos do ensino fundamental, a Língua Portuguesa é organizada em campos de atuação na BNCC visando considerar que as práticas de linguagem estão situadas socialmente e respondem por especificidades em função das esferas da vida social em que a linguagem é utilizada. Os campos de atuação em que se organizam habilidades de leitura e objetos de conhecimento para os anos iniciais do ensino fundamental são:

- Os campos de ação^h da vida cotidiana, que incluem gêneros discursivos comuns nas práticas de leitura/escuta, escrita e fala
- O campo de atuação da performance artístico-literária, que inclui os gêneros discursivos literários
- O campo de atuação da vida pública relacionado à leitura e escrita de textos na perspectiva jornalística, publicitária, política, jurídica e ativista política, contemplando temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos⁷
- O campo de ação de estudos e pesquisas, que inclui situações de leitura/escrita baseadas em textos expositivos e argumentativos, linguagem e práticas relacionadas ao estudo, pesquisa e disseminação científica, favorecendo a aprendizagem dentro e fora da escola

Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, a BNCC apresenta 19 habilidades e objetos de conhecimento que devem ser abordados pelos currículos estaduais e municipais e pelas propostas pedagógicas das escolas. Essas habilidades, que devem ser mobilizadas nas práticas de leitura, escrita e nas práticas orais/auditivas, dizem respeito a todos os campos em que a BNCC está organizada.

Em seguida, são apresentados as habilidades específicas e os objetos de conhecimento para o quarto ano do ensino fundamental, etapa em que os alunos já devem ter consolidado a alfabetização inicial. Esta segunda parte da BNCC, organizada a partir dos campos de atuação, apresenta 31 habilidades e objetos de conhecimento que devem ser abordados do terceiro ao quinto ano do ensino fundamental, e 26 habilidades e objetos de conhecimento específicos do quarto ano do ensino fundamental.

^h O termo “campos de ação” refere-se às possibilidades de aprendizagem em cada área da vida do aluno, incluindo vida pública, cotidiana, artística e escolar.

No geral, as habilidades de leitura para o quarto ano visam desenvolver nos alunos uma escrita que observa as principais regras ortográficas da língua portuguesa (usando dicionários quando necessário) e uma escrita que observa a organização adequada do texto para fazer sentido. Para a leitura, tais habilidades devem desenvolver a compreensão da leitura, desde a localização da informação que está na superfície de um texto até a percepção de inferências (inferência do significado global do texto, inferências lexicais, inferências a partir da leitura de textos que combinam linguagem verbal e não verbal). A BNCC para o quarto ano indica que os alunos têm contato com textos de diferentes gêneros, literários (campo de atuação artístico-literário) e não literários (campos da vida cotidiana, vida pública e estudos e pesquisas), em diferentes mídias, materiais e digitais. As habilidades previstas para essa etapa abordam principalmente o reconhecimento dos propósitos desses gêneros e dos elementos de sua macroestrutura que possibilitam alcançar tais propósitos.

No caso dos textos literários, a BNCC também prevê o desenvolvimento do gosto pela leitura, a capacidade de fazer escolhas e ler gêneros e autores específicos, bem como o envolvimento em práticas de leitura individuais e/ou compartilhadas, além das habilidades fundamentais para produzir narrativas e poemas. No caso de textos não literários, as habilidades planejadas para o quarto ano incluem a compreensão de gêneros que fazem parte da vida cotidiana, como advertências, avisos e regras escolares. As habilidades planejadas também incluem a análise da estrutura composicional das notícias para que seja possível entender o que está sendo relatado e a produção de notícias sobre fatos da vida escolar e comunitária. Para todos os campos de atuação sugerem-se gêneros discursivos mais adequados para trabalhar com alunos de cada etapa específica da educação.

Com a ampla gama de gêneros escritos e multimodais transmitidos e também a grande diversidade de suportes presentes nas habilidades do quarto ano (tanto as especificadas nas habilidades indicadas para os anos de 1 a 5 quanto nas indicadas para os anos de 3 a 5), esse escopo revela a plausibilidade de se considerar todos os campos da ação social para o ensino dos anos iniciais do ensino fundamental e reforça a autonomia flexível e atual das redes de ensino e das instituições escolares na construção de seus currículos.

Geralmente, a BNCC para o quarto ano é bastante abrangente e inclui as habilidades básicas de leitura, escrita, fala/audição e análise linguística. As habilidades que devem ser objeto de intervenções pedagógicas em períodos mais amplos da escolaridade (como as habilidades indicadas para os anos de 1 a 5 ou as indicadas para os anos de 3 a 5) indicam que alguns aspectos da educação dos alunos exigem um foco que se estende além de um ano de escolaridade.

A BNCC não inclui sugestões didáticas sobre como o ensino deve ser organizado para desenvolver as habilidades planejadas. Tais encaminhamentos didáticos devem ser definidos pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal considerando as especificidades desses contextos e salvaguardando sua autonomia.

Requisitos e Programas de Desenvolvimento Profissional

Para dar aulas no quarto ano, a legislação em vigor exige formação inicial em faculdades ou universidades públicas ou privadas no curso de Licenciatura em Pedagogia, que capacita o profissional para atuar na educação infantil e nos primeiros cinco anos do ensino fundamental. Em média, a duração do curso é de quatro anos, com pelo menos 3.200 horas. Note-se que a formação também é permitida no curso normal do ensino médio (três anos de formação após a conclusão de nove anos do ensino fundamental). Esta segunda situação é menos frequente, mas ainda existe em alguns Estados e municípios.

Não há requisitos gerais para o desempenho dos professores que estão lecionando. Para os professores de alguns Estados e municípios que não estão ligados às redes de ensino, pode haver alguns requisitos para a

contratação após o término da vigência do contrato, como, por exemplo, a comprovação do cumprimento de algumas horas de cursos de formação continuada.

Embora não haja requisitos para o desenvolvimento profissional dos professores que atuam no quarto ano, existem programas de formação continuada voltados para esses professores, tanto em âmbito federal quanto desenvolvidos por Estados, municípios e pelo Distrito Federal. No âmbito federal, o programa atual é a Política Nacional de Alfabetização⁸, que oferece cursos e orientações por meio do ensino a distância aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. O Ministério da Educação oferece cursos de formação continuada voltados para os professores que atuam em diferentes etapas da Educação Básica por meio da plataforma AVA-MECⁱ. No entanto, em âmbito federal, não há políticas de formação continuada ou em exercício voltadas especificamente para professores do quarto ano.

Acompanhamento do progresso dos alunos na leitura

O progresso da leitura é monitorado por meio de instrumentos de avaliação desenvolvidos dentro da escola pelos professores e por meio de instrumentos e programas de avaliação externos à escola, em avaliações em larga escala promovidas por sistemas de avaliação em âmbito federal, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)^j, e por sistemas de avaliação dos próprios Estados e municípios.

As etapas avaliadas por cada um desses programas, bem como seu formato, são diversas. O Quadro 1 apresenta a última edição do Saeb.

QUADRO 1

ESTRUTURA DO SAEB 2021⁹

Público-alvo	Escopo	Áreas do conhecimento/Disciplinas avaliadas
Educação Infantil	Escolas públicas e credenciadas (amostra)	Avaliação das condições de oferta de educação por meio da aplicação de questionários para gestores estaduais e municipais, diretores e professores em uma amostra de escolas*
2º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas e privadas (amostra)	Língua Portuguesa e Matemática
5º e 9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas (censo), escolas privadas (amostra)	Língua Portuguesa e Matemática
9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas e privadas (amostra)	Ciências Naturais e Ciências Humanas
Terceiro Ano do Ensino Médio	Escolas públicas (censo), escolas privadas (amostra)	Língua Portuguesa e Matemática

* Não está previsto nenhum teste para crianças da educação infantil.

ⁱ Para mais informações, consulte <https://www.gov.br/mec/pt-br>

^j O Saeb é uma avaliação em larga escala realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais que avalia a qualidade da educação no país a partir da produção de dados empíricos e oferece subsídios para elaboração, monitoramento e aprimoramento de políticas educacionais por meio de testes e questionários. É aplicado a cada dois anos em toda a rede pública e em uma amostra da rede privada. As médias de desempenho dos alunos calculadas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono calculadas no Censo Escolar (<https://www.gov.br/inep/pt-br>), compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>).

Alguns programas de avaliação estaduais e municipais incorporaram avaliações cognitivas aplicadas aos alunos nos anos iniciais, incluindo testes que avaliam a compreensão e instrumentos para avaliar a fluência na leitura.

Iniciativas especiais de leitura

A BNCC estabelece que as crianças devem ser alfabetizadas nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Para atingir esse objetivo, a principal política de alfabetização do atual governo é a Política Nacional de Alfabetização (PNA)¹⁰. A PNA refere-se a uma iniciativa da União, em colaboração com os Estados, municípios e o Distrito Federal, que visa implementar programas e ações para promover a alfabetização e melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional.

Além disso, desde a década de 1990, o Brasil vem implementando políticas importantes para a distribuição de livros didáticos e outros materiais de leitura, como obras literárias, para serem incluídos nas coleções escolares. Em 1998 foi iniciado o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e permaneceu em vigor até 2017. O objetivo do programa era distribuir livros para as bibliotecas nas escolas. Em 2018, esse programa foi incorporado ao Programa Nacional do Livro Didático, cujo foco era a distribuição de livros didáticos aos alunos da Educação Básica. Em 2018, o programa passou a se chamar PNLD Literário. Além desses programas, há outras ações voltadas ao fomento e à promoção da leitura entre estudantes da Educação Básica, apoiadas pelos Estados, municípios e o Distrito Federal, e por entidades envolvidas com a educação.

Resposta à Pandemia da COVID-19

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais realizou uma pesquisa¹¹ com o objetivo de verificar a resposta da educação à pandemia da COVID-19 em 2021. Entre fevereiro e maio de 2021, a pesquisa foi respondida por 168.739 escolas da Educação Básica, o que corresponde a 94% de todas as escolas do Brasil^k. Entre as escolas que responderam à pesquisa, 167.566 relataram ter suspenso as aulas, o que equivale a mais de 99% do total. A pesquisa indicou que a maioria das escolas não retornou à modalidade presencial em 2020 ou 2021.

Ensino e aprendizagem durante a pandemia da COVID-19

As ações mais relatadas pelos professores foram adaptar o plano de aula para priorizar conteúdos específicos (relatados por 90,4% das instituições respondentes) e fazer reuniões virtuais para planejamento, coordenação e monitoramento (adotadas por cerca de 89% das escolas). O treinamento para o uso de métodos de ensino remoto foi relatado por 63,7% das escolas, e a disponibilidade de equipamentos para professores, como computadores ou notebooks, foi indicada por 30,3% das escolas pesquisadas.

As estratégias de comunicação e o apoio tecnológico oferecidos aos alunos foram especialmente focados na manutenção de um canal direto com os professores (e-mail, telefone, redes sociais, aplicativo de mensagens), relatado por 86% das instituições. O fornecimento de equipamentos para os alunos e o acesso gratuito ou subsidiado à internet em casa foram indicados por apenas 9,2% e 6,3% das escolas, respectivamente.

^k A pesquisa atingiu 97,2% das escolas públicas e 83,2% das escolas particulares do país.

Em relação às estratégias de ensino-aprendizagem, a mais relatada foi a disponibilidade de materiais impressos para serem recolhidos na escola e/ou entregues em casa, citada por quase 93% das escolas. A disponibilidade de materiais pedagógicos via internet foi indicada por 80% das escolas. Das instituições que responderam, 65,9% indicaram que as provas poderiam ser feitas remotamente pela internet ou enviando materiais impressos.

O atendimento virtual ou presencial agendado com os alunos, pais ou responsáveis foi fornecido por 63,3% das escolas, e a oferta de apoio para o desenvolvimento de planos de estudo foi mencionada por 57,7% das escolas. A oferta de aulas previamente gravadas na internet foi relatada por 55,7% das escolas, e aulas síncronas com possibilidade de interação foram relatadas por pouco mais de 42% das instituições. A transmissão de aulas ao vivo na internet foi feita por 33% das escolas, e a transmissão de aulas ao vivo ou gravadas na TV ou no rádio foi feita por 19,47% das escolas.

Impacto da pandemia na aprendizagem dos alunos

Outro estudo desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas^{1,12} em 2020 constatou que professores de redes públicas e privadas relataram que houve diminuição da aprendizagem e aumento da ansiedade dos alunos.

Dados mais precisos sobre o impacto da pandemia na educação brasileira podem ser obtidos a partir dos resultados do Saeb 2021, previsto para ser lançado em setembro de 2022.

Mudanças de práticas e políticas

De modo geral, a pandemia da COVID-19 trouxe mudanças nas políticas e práticas educacionais do Brasil. Em todo o país, há flexibilidade no cumprimento das condições para o recebimento de recursos financeiros do Fundeb^m em função de situações de calamidade pública, desastres naturais ou excepcionalidades de força maior em âmbito nacional que não permitam o desempenho normal de atividades pedagógicas e aulas presenciais nas escolas.

No âmbito dos Estados, foram identificadas mudanças locais, especialmente pedagógicas, como a expansão da oferta de internet para alunos e professores, o uso de equipamentos e tecnologias educacionais, o aumento do monitoramento da frequência e da participação dos alunos e a adoção permanente de protocolos de segurança em saúde nas escolas.

Impacto da pandemia no PIRLS 2021

Um dos impactos mais relevantes da pandemia no PIRLS 2021 foi a impossibilidade de aplicação do teste de campo. Isso teve um efeito especialmente significativo, pois foi a primeira vez que o Brasil participou do PIRLS.

¹ O estudo foi conduzido por meio da aplicação de questionários em uma amostra por conveniência não probabilística de 14.285 professores de todos os 27 Estados.

A coleta de dados foi realizada no período de 30 de abril a 10 de maio de 2020. O objetivo do estudo foi verificar como os professores da rede pública e privada estavam desenvolvendo suas atividades.

^m Lei nº 14.276 de 2021 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14276.htm)

A pandemia também impactou os processos preparatórios para a aplicação, especialmente considerando as condições de contato com as escolas, uma vez que a maioria delas operava em regime de semirremoto ou remoto. Outra repercussão importante foi em relação à taxa de participação das escolas e dos alunos no estudo principal.

REFERÊNCIAS

- 1 Brasil. (1988). *Constituição Federativa do Brasil*. Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- 2 Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- 3 Brasil. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Extraído de <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>
- 4 Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2014. Extraído de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- 5 Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- 6 Brasil. (2014). *Plano Nacional de Educação*. Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014. Brasília, DF. Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- 7 Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2014. Extraído de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- 8 Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Extraído de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- 9 Brasil. (2021). *Portaria no. 250 de 5 de julho de 2021. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diário Oficial da União, Brasília, 06 de julho de 2021. Seção 1, p. 39. Extraído de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>

- 10 Brasil. (2019). *PNA: Política Nacional de Alfabetização*. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, Sealf, 2019. Extraído de http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf
- 11 Brasil. (2021). *Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica*. Brasília: Inep. Extraído de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>
- 12 Fundação Carlos Chagas. (2020). *Relatório de Pesquisa: Informe de pesquisa: Inclusão escolar em tempos de pandemia*. Extraído de <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia>





CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO